



“O SANGUE DO SANGUE E A CARNE DA CARNE”:
O GENOCÍDIO ANTI-NEGRO E O IMPERATIVO
REVOLUCIONÁRIO

“LE SANG DU SANG ET LA CHAIR DE LA CHAIR “:
GENOCIDE ANTI-NOIR ET L’IMPÉRATIF
RÉVOLUTIONNAIRE

“LA SANGRE DE LA SANGRE Y LA CARNE DE LA
CARNE” : EL GENOCIDIO ANTINEGRO Y EL
IMPERATIVO REVOLUCIONARIO

VARGAS, João H. Costa. *Never Meant to Survive: Genocide and Utopias in Black Diaspora Communities*. Lanham. Rowman & Littlefield, 2010.

Osmundo Santos de Araujo Pinho¹

Já muitas vezes repetida, a afirmação de W. E. B. DuBois - “o problema do século XX é o problema da barreira racial” (DUBOIS, 1999, p. 49) -, parece não ter sido em toda a sua extensão incorporada na teoria social crítica ou na retórica revolucionária. A persistente intimidade da racialização, do racismo e de todos os fantasmas raciais do século XIX com a modernidade industrializada no século XX, salta, entretanto, diante de nossos olhos, com sua presença inquietante. Os processos sociais modernos e a própria (re)invenção do ocidente não se deu em dissociação aos processos de racialização e expropriação coloniais, que marcaram a geopolítica global no século XX e permanecem, odiosos, no presente. A violência como já tão bem indicado, e classicamente, por Fanon está no coração dos processos de racialização coloniais e é o próprio *modus operandi* da supremacia branca global em contextos (pós)-coloniais.

¹Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas. Professor adjunto no Centro de Artes, Humanidades e Letras da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, campus de Cachoeira e no programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.



É em contradição com as próprias fontes universais dos valores modernos que o sujeito negro encontra seu lugar no mundo, a superação desta tensão não pode ser outra coisa que não a superação da própria estrutura social em suas formas fractais, que nos mantém velados, como o “homem invisível” (Ellison, 1990). A única libertação para o sujeito negro, fendido e fraturado pela racialização, seria, dessa forma, a emancipação de si como a revolução social. Ora, João Costa Vargas, em “*Never Meant to Survive*”, justamente inscreve o genocídio negro, como uma categoria política, no registro da violência racial global, que dilacera as comunidades negras da Diáspora. A interpretação iluminada e radical que faz Vargas da renitente mortandade de negros e negras em diversos quadrantes do globo, e como maior especificidade, no Brasil e nos Estados Unidos, submete as estatísticas ao crivo da crítica:

The ongoing marginalization and premature, preventable, death of disproportionate numbers of Black persons in the African Diaspora create the very conditions for the revolutionary transformation of our societies. Anti-Black genocide generates the imperatives of liberation and revolution. (VARGAS, 2010: X).

O livro trata das formas por meio das quais afrodescendentes nos Estados Unidos e no Brasil, mais especificamente em Los Angeles e no Rio de Janeiro, identificam e estabelecem formas políticas de luta contra o genocídio negro. Sendo assim, está então comprometido em levar seriamente em conta todas as implicações políticas e teóricas para o genocídio anti-negro confrontadas pela ação comunitária.

Fazendo uso da expressão de Audre Lorde, “*the oppressor within*” o autor nos obriga a reconhecer a cumplicidade da própria comunidade negra com genocídio anti-negro, uma codeterminação que se manifesta por meio de contradições, fraturas, divisões e preconceitos que também moldam as comunidades afrodescendentes na diáspora. Divisões como aquelas marcadas pelo gênero, a sexualidade, ou a classe, como as que discute Cathy Cohen, ao apontar as “*boundaries of Black politics*”, obstáculos para o combate a epidemia de HIV/AIDS, fronteiras (*boundaries*) justamente erigidas por divisões internas e preconceitos.²

Vargas explora as formas vernáculas de mobilização política em grupos locais de ativistas comunitários em Los Angeles e no Rio de Janeiro. Assim também como destaca o modo como a mídia, nos

²Escrevendo sobre a crise da AIDS na comunidade negra, Cohen (1999), descreve como os preconceitos homofóbicos e a prevalência das igrejas cristãs, como base (legítima) de organização das comunidades afro-americanas, dificultou a luta contra o HIV/AIDS. A crise revelou, assim, os limites da “Black politics”, limites definidos pelo sexismo, pelo fundamentalismo e pela homofobia. Tais limites revelam, por outro lado, as bases arbitrárias da construção de um consenso político ou agenda comum para as políticas negras.



dois contextos nacionais, concorre para desumanização da pessoa negra, processo tão bem apontado, e com tanta clarividência, por Beatriz Nascimento (RATTS, 2007). Nos Estados Unidos trabalhando com “The Coalition Against Police Abuse” (CAPA) e com “The Community in Support of The Gang Truce” (CSGT); e no Rio, na favela do Jacarezinho, com a associação de moradores, o autor observa as possibilidades de uma política negra transnacional para a fertilização cruzada de teoria e técnicas de resistência. Como testemunha ocular o autor pode mesmo participar de um diálogo e interação entre ativistas dos dois países, ocorrido em 1993, como um modo de intercambiar experiências práticas de lutas contra a violência estatal.³

O autor parece estar convicto da importância dos diálogos interconectivos para a promoção de uma superação política (transcendência), movimento necessário para a transformação radical revolucionária, dependente de nossa capacidade, nas comunidades negras na diáspora, de estabelecer “*conditions of possibility for self-critique, dialogue, understanding and organizing cross the lines that define bourgeoisie hierarchies: property, race, gender, sexuality, ages...*” (Idem, p. 147).

O que argumenta então Vargas, claramente, e a partir de contínua e intensa relação com as comunidades e os grupos em questão nos dois países, é, não apenas, a necessidade de experimentação política comunitária, mas também das interações criativas e crítica entre a prática e a teoria. Tais interações deveriam ou poderiam aprofundar novas possibilidades de diálogo no interno nas traumatizadas e divididas comunidades afro-diaspóricas.

Três definições conceituais me parecem estruturantes nesse livro, além do próprio tratamento crítico da noção de genocídio anti-negro que faz o autor. Primeiro, a definição preciosa da “hiperconsciência da raça” no Brasil, uma “estrutura de sentimento” (WILLIAMS, 1979) que traz implicada a questão de sua própria negação paroxística, como o paradoxo de negar-se a raça para reafirmá-la com mais força, ao justificar e/ou ignorar hierarquias.⁴ Outro ponto conceitual fundamental, e que demonstra a radicalidade do compromisso do autor com a autocrítica, verdadeira ferramenta revolucionária, tem a ver com a revisão do próprio conceito de raça e de sua utilidade política nas lutas emancipatórias. Dialogando com a obra de Gilroy (2001), o autor questiona os eventuais perigos do uso da raça para fins antirracistas. Ora, para ele a racialização das armas conceituais, e das práticas

³No escopo da consideração sobre a experiência (de violência e do racismo) e formação de subjetividades o autor considera também questões de gênero, notadamente ligadas à construção da masculinidade, o que tem sido explorado para outros contextos com perspectivas semelhantes, Cf. Amparo-Alves, 2009, Mattos, 2012 e Pinho & Rocha, 2011.

⁴O que tem sido discutido recentemente, de um modo criativo e independente, por outro autor, que discute as implicações políticas e teóricas do “*não-dito*” racista no Brasil (Ronaldo, 2006).



políticas, é necessária como instrumento de resistência, mas apresenta severos limites. As condições racializadas de vida dos afrodescendentes não podem ser explicadas, ou superadas, sem o uso das categorias raciais. Assim como a raça nos permite a reconexão com a História e com nosso próprio corpo. Todavia, a única noção de raça politicamente aceitável, e criticamente sustentável, seria aquela comprometida com a transcendência revolucionária, ou seja, aquela implicada em constante reinvenção e transformação, e que aposta em suas contradições e limites: “*the experimental, the incomplete, the vulnerable: these are a few qualities of revolutionary action that provide the atmospheres within which utopia can emerge*” (Idem, p. 141). Se as categorias e práticas racializadas convergem para essas atmosferas são úteis e válidas, caso contrário são um obstáculo à emancipação. O terceiro e último ponto diz respeito à política de coalizões e aos limites das políticas identitárias. Vargas é categórico: “*Coalitions are the only means to promote radical transformation*” (Idem, p. 147). Justamente pelas possibilidades de expansão criativa dos limites políticos e subjetivos envolvidos em diálogos interfecundantes. Assim, as políticas identitárias fechadas em si mesmas são um obstáculo ao ativismo radical, porque repõem as diferenças que dividem as comunidades diaspóricas, e as enfraquecem, diante da violência genocida global, que mata a bala os nossos filhos, e condena ao desalento nossas mães.

A força, entretanto, que João Vargas encontrou e reconheceu em South Central e no Jacarezinho, é a utopia vivida ao rés-do-chão, plataforma de uma sublevação das consciências e subjetividades em direção a uma transcendência, fundada na solidariedade, que não se aliena da reflexão crítica comprometida. Tal compromisso solidifica a perspectiva crítica transnacional. Baseada naquele mesmo vínculo denunciado por DuBois entre modernidade e (dupla) identidade e entre intelectuais críticos da diáspora e o seu próprio povo.⁵ Tal é o duplo vínculo que permitiria a João Vargas, e a mim mesmo, repetir com DuBois: “será preciso acrescentar que eu, que aqui falo, sou o sangue do sangue e a carne da carne daqueles que vivem dentro do Véu?” (DUBOIS, 1903, p. 50).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMPARO-ALVES, Jaime do. Narratives of violence: the white imagiNation and the making of black masculinity in *City of God*. *Soc. e Cult.*, Goiânia, v. 12, n. 2, p. 301-310, jul./dez. 2009.

COHEN, Cathy. *The Boundaries of Blackness. Aids and the Breakdown of Black Politics*. Chicago. The University of Chicago Press. 1999.

⁵Convém dizer que o autor dá testemunho prático de seu próprio compromisso ao participar da coordenação do Curso de Atualização “A Teoria e as Questões Políticas da Diáspora Africana nas Américas”, promovido no Rio de Janeiro pela organização de mulheres negras Criola (<http://www.criola.org.br/index.htm>).



- DUBOIS, W. E. B. *As Almas da Gente Negras*. Lacerda Editores. Rio de Janeiro. 1999.
- ELLISON, Ralph. *Homem Invisível*. São Paulo. Marco Zero. 1990.
- GILROY, Paul. *Against Race: Imagining Political Culture Beyond The Color Line*. Cambridge. The Belknap Press of Harvard University Press. 2001.
- MATTOS, Carla dos Santos. Da valentia à neurose: Criminalização das galeras funk, ‘paz’ e (auto)regulação das condutas nas favelas. *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social* - Vol. 5 - no_4 - OUT/NOV/DEZ 2012 - pp. 653-680.
- PINHO, Osmundo e ROCHA, Eduardo. Racionais MC’s: Cultura Afro-Brasileira Contemporânea como Política Cultural. *Afro-Hispanic Review*. Volume, 30, Number 2. Fall 2011.
- RATTS, Alex. *Eu Sou Atlântica. Sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Instituto Kuanza/Imprensa Oficial, 2007.
- WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Zahar Editores. 1979.
- SALES JR., Ronaldo. Democracia racial: o não-dito racista. *Tempo Social*, Revista de sociologia da USP, v. 18, n. 2pp. 229-258. 2006.

Recebido em novembro de 2012

Aprovado em janeiro de 2013